



A CPI do Sistema Financeiro, que já tomou 17 depoimentos, ouve nesta semana dois banqueiros e o ex-diretor do BC

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Ex-diretor do BC explica hoje ajuda a dois bancos

Na quinta-feira, comissão deverá ouvir os presidentes do Marka e do FonteCindam

O economista Demóstenes Madureira de Pinho Neto, ex-diretor da Área Externa do Banco Central, depõe hoje, às 16h, na CPI que investiga denúncias de irregularidades no sistema financeiro. Na quinta-feira, a CPI ouve os presidentes do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola, e do Banco FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves. Com apoio de parlamentares da oposição, o senador Eduardo Suplicy anunciou ontem a apresentação de requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se contra o requerimento.

PÁGINAS 4 E 5

CPI DO JUDICIÁRIO

Advogado e mães depõem sobre tráfico de crianças

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário inicia hoje uma nova fase de investigação. A partir das 10h, presta depoimento o advogado Marco Colagrossi, que acusa um juiz de fomentar um esquema de tráfico de crianças de Jundiá (SP) para o exterior. Colagrossi estará acompanhado de duas mães que recla-

mam a volta de seus filhos.

Ontem, a CPI ouviu o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, de *O Globo*, que reafirmou as denúncias feitas em reportagem publicada em março sobre a expedição ilegal de alvarás de soltura por um desembargador do Amazonas. O jornalista entregou à comissão fitas e documentos sobre o caso.

PÁGINA 3



Os senadores Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem o depoimento do jornalista Amaury Ribeiro Júnior

Plenário aprecia limites para gastos com pessoal

O plenário do Senado deve examinar, na sessão de hoje, projeto de lei complementar que limita as despesas com pessoal da União, estados, Distrito Federal e municípios. A matéria, que está tramitando em regime de urgência, substitui a chamada Lei Camata, alterando prazos e limites e fixando punições em caso de descumprimento das determinações. A iniciativa é do Executivo e já obteve aprovação da Câmara dos Deputados.



Senadores vão examinar projeto que substitui a Lei Camata

PÁGINA 2

CAE discute receita de privatizações

PÁGINA 2

CE analisa ensino de espanhol

PÁGINA 2

Senado vota novas regras para gastos com servidores

Projeto, que substitui a Lei Camata, proíbe qualquer tipo de reajuste salarial se as despesas ultrapassarem os limites legais

Será votado hoje pelo plenário do Senado o projeto de lei complementar que limita as despesas com pessoal da União, estados, Distrito Federal e municípios.

A matéria, que tramita em regime de urgência, substitui a Lei Camata, alterando prazos e limites e fixando punições aos estados que descumprirem suas determinações.

De iniciativa do Executivo e já aprovado na Câmara, o projeto estabelece que a União deverá limitar em 50% de sua receita corrente líquida federal (somatório das receitas tributárias, das contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, e das transferências correntes) as despesas totais com pessoal (gastos com ativos, inativos e pensionistas, excetuadas a despesas com indenizações por demissões).

Estados e municípios permanecerão com o limite de gastos de pessoal fixado em 60% de suas respectivas receitas correntes líquidas.

Pelo projeto, as entidades federa-



Os senadores também devem votar PEC que altera normas do sistema financeiro

a existência de excesso de despesas, União, estados e municípios ficarão proibidos de conceder vantagens ou aumentos salariais, criar cargos ou alterar a estrutura de carreiras e de efetuar novas admissões. As medidas atingem a administração direta e indireta.

No caso de descumprimento do cronograma de ajuste das despesas com pessoal, o projeto prevê a suspensão do repasse de recursos federais e estaduais e a proibição de realizar operação de crédito junto a instituições financeiras federais. A União, por sua vez, não poderá conceder garantia a empréstimos.

SISTEMA FINANCEIRO

O plenário do Senado também deve votar hoje em primeiro turno proposta de emenda constitucional (PEC), de iniciativa do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), que muda dispositivos relativos ao sistema financeiro nacional.

das deverão se adaptar aos novos limites à razão de dois terços do excesso de pessoal no primeiro ano subsequente à aprovação do projeto e de um terço no segundo ano. Verificada

CRE vai analisar convenção sobre povos indígenas

O projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais em países independentes é um dos 12 itens da pauta da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que se reúne hoje, às 17h30, sob a presidência do senador José Sarney (PMDB-AP). A matéria tem parecer favorável do relator, senador Tião Viana (PT-AC).

Também consta da pauta o acordo de cooperação entre governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visando à redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de drogas. A matéria tem parecer favorável do relator, senador João Alberto (PMDB-MA).

CE avalia ensino de espanhol no 1º e 2º graus

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se extraordinariamente hoje, a partir das 11h30, para decidir sobre a renovação da concessão de 11 emissoras de rádio.

A comissão também apreciará projetos que tratam da obrigatoriedade do ensino da língua espanhola nas instituições de ensino de 1º e 2º graus e da conveniência de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

A CE também poderá deliberar sobre proposta da senadora Marina Silva que cria o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. O parecer do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), é favorável à aprovação da matéria.

CAE discute destino de receitas da privatização

Presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para examinar, entre outras matérias, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações. No mês passado, foi concedida vista coletiva do projeto aos membros da comissão.

A pauta da CAE tem 13 itens. Entre eles projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RO) que incentiva os meios de comunicação e de transporte a publicarem fotografias com identificação de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados. Deverá também ser examinado projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo para restituição do Imposto de Renda (IR) descontado na fonte.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Despacho interno
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC n.º 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição (tramitando em conjunto com o PLS n.º 89/98, Complementar); *PLS n.º 89/98, que modifica a Lei Complementar n.º 82, 27/3/95 (tramitando em conjunto com o PLC n.º 6/99, Complementar); *Requerimento n.º 170/99, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PLS n.º 202/99, que introduz modificações no Código Brasileiro de Telecomunicações, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura; *Requerimento n.º 173/99, da senadora Emilia Fernandes, solicitando, que sobre o PLC n.º 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de GLP ou gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a de Serviços de Infra-Estrutura; *Requerimento n.º 175/99, do senador Geraldo Althoff, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC n.º 25/99, de sua autoria e outros senadores, que dá nova redação ao § 7º do art. 14 da Constituição Federal; e *Requerimento n.º 176/99, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, a retirada, em caráter definitivo, do PLS n.º 121/99, de sua autoria, que dispõe sobre taxa de juros nos financiamentos de imóveis habitacionais.

COMISSÕES

- ▶ 10h - CPI do Judiciário
Pauta: Depoimentos do advogado de Jundiaí/SP, Marco Colagrossi; Maria Aparecida Salles; Cristiane Lopes; e do ex-presidente do TRT - SP, Rubens Tavares Aidar.
Local: Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PLS n.º 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações; *PLS n.º 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotos com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS n.º 255/97, que fixa prazo para restituição do Imposto de Renda; *PLS n.º 94/99, que dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte; *PLS n.º 169/98, que dá nova redação ao parágrafo 6º do Decreto-Lei n.º 288/67, alterado pela Lei n.º 8.387/91; *PLS n.º 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas; *PLS n.º 215/97, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; *PLC n.º 31/96, que dispõe sobre o jogo de bingo; PLS n.º 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis - PIER; *PLC n.º 58/98, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins; *PLS n.º 115/99, que autoriza o uso do gás natural ou do GLP como combustível para os veículos que especifica; *PLC n.º 11/98, que regulamenta o § 1º do art. 213, da Constituição; e *PLS n.º 163/99, que cria contribuição para financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de álcool.
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19
- ▶ 11h30 - Comissão de Educação
Pauta: *PLS n.º 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS n.º 49/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no município de Mucujai-RR; *PLS n.º 53/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no município de Anauá-RR; Emenda n.º 1 de Plenário ao *PLC n.º 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; *PLC n.º 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; *PLC n.º 59/98, que inscreve o nome de D. Pedro no Livro dos Heróis da Pátria; e as *Projetos de Decretos Legislativos n.ºs 101/98, 125/98, 109/98, 117/98, 13/95, 97/98, 45/98, 138/98, 106/98, 98/98, e 39/97, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio e TV.
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15
- ▶ 16h - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Depoimento do ex-diretor da Área Externa do BC, Demóstenes Madureira de Pinho Neto.
Local: Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *PDLs n.ºs 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Brasil e o governo da Coreia; *144, que aprova texto do Protocolo de Integração Educacional para Proseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos países-membros do Mercosul; *9/99, que aprova texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Brasil e a Argentina; *13/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Rússia; *22/99, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Brasil e o Reino Unido; *25/99, que aprova o texto do acordo de cooperação entre países de língua portuguesa para a redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de drogas; e *34/93, que aprova o texto da Convenção n.º 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI apura denúncia de tráfico de crianças

Advogado e mães de desaparecidos, residentes em Jundiaí (SP), comparecem à comissão para relatar casos de retirada de menores da guarda de seus pais, sem direito de defesa

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário reúne-se hoje, às 10h, para ouvir o depoimento do advogado Marco Colagrossi. Ele acusa o juiz Luís Beetowen Giffoni Ferreira de fomentar um esquema, em Jundiaí (SP), de tráfico de crianças brasileiras para o exterior.

Colagrossi afirma que em diversos casos de adoção o juiz atropelou o direito de defesa, usando caminhos procedimentais tortuosos, o que culminou na subtração de crianças de seus familiares. O advogado deverá fornecer detalhes sobre a retirada ilegal da menina Evelyn da guarda dos pais. O processo teria sido feito sem que se per-

mitisse à mãe o exercício do direito de defesa. Ainda de acordo com o advogado, mesmo sabendo de apelação ao Tribunal de Justiça (TJ) do estado, o juiz autorizou o envio da menina para a Alemanha, e, apesar da decisão do TJ de anular a perda do pátrio-poder, até hoje a mãe não conseguiu trazer sua filha de volta ao Brasil.

Em outro caso, um bebê recém-nascido teria sido retirado da mãe no Hospital São Vicente de Paula, em Jundiaí, no momento do aleitamento. O advogado

alega que o juiz teria aproveitado o período de tensão pré-natal, em que a mãe manifestara desejo de doar a criança. Depois daquele momento, relata, a mãe teria se arrependido do que dissera, mas, ainda assim, o juiz a teria obrigado a entregar o filho.

Duas mães de crianças desaparecidas, Maria Aparecida Salles e Cristiane Lopes, também comparecerão hoje à CPI.

Beetowen é, também, acusado pelo advogado de estabelecer relações com uma agência de adoção da Itália, que

só foi reconhecida pelas autoridades daquele país em 1997.

TRT PAULISTA

Logo após os depoimentos sobre o caso de tráfico de crianças, os senadores da CPI do Judiciário ouvirão o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo Rubens Tavares Aidar. O juiz deverá falar sobre irregularidades nas obras do fórum trabalhista de primeira instância e sobre por que manteve, como responsável pela construção, o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto. Segundo os dados apresentados à CPI, a construção do edifício já consumiu cerca de R\$ 230 milhões, R\$ 100 milhões a mais que o previsto inicialmente.

Senadores ouvem, também, ex-presidente do TRT paulista sobre irregularidades

Exame dirá se assinatura é de desembargador

O fato de o desembargador Daniel Ferreira da Silva, corregedor-geral de Justiça do Amazonas, ter negado que as assinaturas em alvarás de solturas de traficantes sejam suas não impedirá o avanço das investigações pela CPI do Judiciário, assegurou ontem o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). "Não podemos interromper investigações sobre traficantes por causa de um desembargador", reafirmou, observando que, dentro da lei, a CPI "está tentando obter uma perícia grafotécnica".

A afirmação de Tebet referiu-se a consulta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que perguntou se a CPI teria poderes para solicitar a realização de exame grafotécnico. Já o senador José Agripino (PFL-RN) sugeriu que a CPI consultasse o Supremo Tribunal Federal para saber até onde a comissão pode ir em suas investigações.

Para o senador Amir Lando (PMDB-RO), no entanto, as atribuições constitucionais de uma CPI implicariam, inclusive, o pedido de perícia grafotécnica, de modo que, a seu ver, "não é preciso consultar o STF". Conforme Carlos Wilson (PSDB-PE), o reconhecimento das assinaturas poderá ser feito nos próprios alvarás de soltura, já requisitados pela CPI.

Romero Jucá (PSDB-RR), por sua vez, defendeu o aprofundamento das investigações nas Justças do Amazonas e de Roraima, sob pena de "a Justiça, nesses estados, ficar pior do que antes da CPI". Segundo relatou, amazonenses e roraimenses têm grandes expectativas em relação ao trabalho da CPI e não entenderiam, por exemplo, que ela se limitasse apenas a acusados federais. O depoimento do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, na opinião de Jucá, teria revelado a existência de "uma máfia montada para libertar traficantes" no Amazonas. Em Roraima, segundo disse, as denúncias seriam ainda mais sérias.



Presidida por Ramez Tebet (D), a CPI ouve o jornalista Amaury Ribeiro Júnior (C) reafirmar denúncias

Jornalista confirma alvarás de soltura ilegais

Em depoimento prestado ontem à CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário, o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, de *O Globo*, reafirmou as denúncias feitas pelo procurador da Justiça Federal no Amazonas, Osório Barbosa Sobrinho, de que o desembargador Daniel Ferreira da Silva expediu ilegalmente pelo menos nove alvarás de soltura em favor de traficantes. Amaury escreveu reportagem em março sobre o assunto.

De acordo com o jornalista, o desembargador concedeu *habeas corpus* para acusados em tráfico internacional, sem ter competência legal para isso.

Como os processos não haviam transitado em julgado, os presos estavam sob a responsabilidade da Justiça Federal. Portanto, os alvarás não poderiam ser emitidos pela Justiça estadual – afirmou o jornalista.

Amaury Ribeiro Júnior contou que

o desembargador também concedeu progressões de regime fechado para semi-aberto, favoráveis a condenados por tráfico de entorpecentes. Essas decisões, segundo o depoente, permitiram que muitos presos fugissem. De acordo com o jornalista, a maior parte das decisões do desembargador foram cassadas pelas câmaras criminais do Tribunal de Justiça do Amazonas.

O problema é que quando as decisões foram revistas os presos já estavam longe. No caso da progressão de regime, todos fugiram no mesmo dia, alguns para a Colômbia ou Peru – disse o jornalista.

Além disso, revelou Amaury, "o Ministério Público não conseguiu rever as decisões das câmaras das quais participavam o desembargador Daniel Ferreira". O jornalista apontou também a participação da advogada Maria José Vasconcellos na liberação dos detentos. Ele acha possível que a

advogada tenha intermediado, junto ao desembargador, a obtenção dos alvarás de soltura.

GRAVAÇÕES

Amaury trouxe à CPI fitas gravadas com entrevista que fez com a esposa de um preso. Na conversa, teria sido revelado que a advogada garantia a liberação do detento, inclusive marcando a data para isso. Outro fato apontado no depoimento, que poderia ligar a advogada ao desembargador, é a existência de um despacho datado de 13 de março de 1998, favorável à soltura de um traficante, emitido três dias antes do pedido de liminar ser protocolado no Tribunal de Justiça.

O jornalista entregou à CPI as fitas contendo as entrevistas feitas para a reportagem e diversos documentos, incluindo cópias de alvarás de soltura com a assinatura do desembargador Daniel Ferreira.



Antonio Carlos diz que Tribunal de Contas deve atuar como órgão assessor do Legislativo

Antonio Carlos admite falha do Congresso e critica TCU

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reconheceu ontem que existem falhas a serem corrigidas na tramitação do Orçamento da União pelo Congresso Nacional, mas reclamou que o Tribunal de Contas da União (TCU) também não está cumprindo seu papel de forma adequada.

– Esse problema do Orçamento no Congresso tem que melhorar. Há muito tempo que não é bom. Essa é uma falha nossa, temos que corrigir, e vamos corrigir. Não é possível que o Orçamento seja feito na medida que certos parlamentares querem, dando recursos para obras desnecessárias ou suspeitas. Isto não pode mais acontecer, estamos hoje numa outra época – afirmou.

O senador fez restrições, igualmente, à atuação do TCU: "O Tribunal de Contas é muito responsável por não dizer ao Legislativo como andam as obras. Isso é sua obrigação. Inclusive, também é obrigação do TCU ser órgão assessor do Legislativo, e não está procedendo como tal; tem que proceder".

Antonio Carlos demonstrou satisfação com os trabalhos das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro: "Ambas trarão bons resultados para o Legislativo, e até para o Executivo, na medida em que vamos saber o que não está funcionando, não só no Judiciário, mas também os aperfeiçoamentos necessários no Banco Central".

Sobre as comparações entre o ritmo das duas comissões, o senador considerou "óbvio que a do Judiciário está mais racional, e, por isso, anda mais rápido".

Senador almoça com ministro da Marinha

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, será homenageado hoje com um almoço que o ministro da Marinha, almirante Sérgio Guitirana Florêncio Chagasteles, vai oferecer-lhe em seu gabinete, na Esplanada dos Ministérios.

O evento é em retribuição à ocasião em que o senador recebeu os três ministros militares, na residência oficial da presidência do Senado.

Ex-diretor do BC depõe hoje na CPI dos Bancos

Demóstenes Madureira, que era responsável pela área externa do Banco Central, fala às 16 horas. Comissão ouvirá na quinta-feira diretores do Marka e do FonteCindam

A CPI que investiga denúncias de irregularidades no sistema financeiro reúne-se hoje, às 16h, para ouvir o depoimento do ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Demóstenes Madureira de Pinho Neto. Na quinta-feira, deverão depor perante a comissão os banqueiros Salvatore Alberto Cacciola, presidente do Banco Marka, e Luiz Antônio Gonçalves, presidente do Banco FonteCindam, às 10h e às 15h, respectivamente.

Os três depoimentos deverão concluir os trabalhos da CPI relativos ao primeiro dos oito casos concretos que deram origem às investigações da comissão – a suspeita de vazamento de informações privilegiadas, durante a mudança do câmbio, e a venda pelo Banco Central de dólares a preços abaixo dos de mercado aos bancos Marka e FonteCindam.

Com o depoimento de Demóstenes Madureira de Pinho Neto, os senadores da CPI vão dar continuidade às investigações sobre as decisões do Banco Central com relação às instituições financeiras, às vésperas da desvalorização do real, em janeiro, bem como esclarecer a troca de correspondência entre o Banco Central e a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) nesse período. Demóstenes Madureira parti-



Instalada no último dia 14, CPI já ouviu 17 pessoas

cipou da reunião de diretoria do BC, na manhã do dia 14 de janeiro, quando foi decidido que a instituição iria operar no mercado para evitar a liquidação dos bancos Marka e FonteCindam.

Os dados de que já dispõe a CPI, coletados junto aos dirigentes da BM&F e a servidores do BC, e por meio do cruzamento de informações proporcionadas pela quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e postal de várias pessoas revelam que a carta enviada pela BM&F ao BC, alertando sobre os riscos de uma crise “sistêmica” no mercado financeiro, foi feita após o socorro dado pelo BC aos dois bancos.

Instalada no dia 14 de abril, a CPI já ouviu 17 pessoas para investigar

os detalhes da operação de venda de dólares aos dois bancos, à cotação média de R\$ 1,275. Estima-se que essa operação tenha causado um prejuízo de cerca de R\$ 1,5 bilhão ao Banco Central.

Como primeiro resultado positivo da CPI, o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que integra a comissão, citou a Circular nº 2.883, do Banco Central, que proíbe as administradoras de fundos de investimento, bem como suas controladoras ou bancos, de deter quotas desses fundos. Essa medida, acredita o senador, evitará uma relação perniciosa entre os fundos e seus principais acionistas, que acabava gerando corrupção e prejuízos para os demais cotistas.

Relator não acha necessário chamar ministro

O relator da CPI que investiga denúncias de irregularidades no sistema financeiro, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), afirmou ontem que não vê necessidade de convocar para depor na comissão o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Ao comentar notícias publicadas por alguns órgãos de imprensa sobre a suposta participação de Malan nas operações de socorro do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam, já ne-



João Alberto, relator da CPI: “Confio no que o ministro falou”

gadas pelo ministro à mídia, o relator disse: “Sou contra chamar o ministro para depor. Não vejo por que chamá-lo. Ele já disse que não tomou conhecimento do assunto. Confio no que o ministro falou. Para que, então, convocá-lo? Para ele dizer a mesma coisa?”.

Na opinião de João Alberto, o fato de Pedro Malan ter estado no Banco Central no dia 15 de janeiro – data em que foi negociada a operação de

socorro aos dois bancos –, conforme publicado na imprensa, não significa que ele tenha participado das negociações.

O relator disse que o resultado da CPI deverá ser apresentado em apenas um relatório, mas admitiu que, se a maioria da comissão decidir fazer também um sub-relatório, irá aderir à proposta, embora seja contrário a ela. João Alberto não concorda que a CPI não esteja produzindo resultados:

– Não estou preparando uma pizza. A CPI está andando muito, estou vendendo as coisas. Só não vou prejudicar ninguém, não vou ser injusto – declarou.

Cândido afirma que venda do Banerj teve irregularidades

Auditoria realizada pelo governo estadual demonstrou que a privatização do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) lesou o patrimônio público, disse o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), ao comentar detalhes dos resultados daquela operação, chamada por ele de “maracutaia do século”:

– Essa negociata extrapola as fronteiras do Rio de Janeiro, tornando imprescindível revelá-la de público. Esperamos do governador do Rio firmeza para tomar as únicas atitudes cabíveis contra o ato lesivo de seu antecessor, ou seja: anular a privatização e abrir esta verdadeira caixa-preta aos senadores membros da CPI do Sistema Financeiro – afirmou.

Segundo Geraldo Cândido, os dados da auditoria apontam que o estado do Rio assumiu uma dívida de R\$ 12 bilhões, entre ações trabalhistas, multas aplicadas pelo Banco Central (BC) e outras dívidas. Porém, a venda do Banerj ao Banco Itaú, classificada por Cândido como “doação”, rendeu ao estado R\$ 311 milhões.

O senador fez um histórico da venda do banco estadual, desde a intervenção do Banco Central, em dezembro de 1994. Para Geraldo Cândido, o ex-governador do Rio Marcello Alencar não teve o cuidado de pre-

servar o emprego dos 12 mil funcionários do Banerj à época:

– Hoje, restam apenas dois mil servidores e o Banerj, que era um banco de âmbito nacional, transformou-se num pequeno banco regional – disse.

Em 1995, a junta interventora do BC aumentou a dívida do banco em R\$ 600 milhões, lembrou o senador. No ano seguinte, assumiu como interventor terceirizado o Banco Bozzano, Simonsen, que teria, de acordo com Cândido, sido o ganhador de licitação fraudulenta. Naquele ano, o administrador privado demitiu cinco mil funcionários e fechou cerca de 20% das agências do Banerj.

Preparando a privatização, conforme narrou Cândido, Alencar injetou R\$ 3 bilhões no banco estadual mas não conseguiu vender a empresa, já que o fundo de pensão dos funcionários deveria dar o seu aval à venda.



Cândido culpa ex-governador do Rio pela “maracutaia”

Eduardo Siqueira Campos lamenta exploração política

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que até agora a comissão não recebeu qualquer depoimento da Polícia Federal no qual alguma pessoa garanta que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sabia das operações do Banco Central com os bancos Marka e FonteCindam. Ontem, a CPI recebeu mais oito depoimentos tomados pela Polícia Federal:

– Não li detidamente todos eles, mas a princípio não há qualquer afirmação de que o ministro Malan sabia. Considero que este não é o momento para o

ministro comparecer à CPI, pois há uma exploração política do fato. A CPI não veio para causar um desgaste à imagem do governo, mas sim investigar se houve ou não vazamento de informações privilegiadas – acrescentou.

Eduardo Siqueira Campos ponderou que, se a intenção dos senadores oposicionistas for pedir a convocação de Malan para perguntar se ele sabia ou não do caso Marka, “não há razão para convocá-lo, pois ele tomou a iniciativa e garantiu em entrevistas que não sabia. Eu votarei contra”.

Para Heloísa Helena, faltam explicações

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez ontem um apelo aos senadores em defesa da convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro. Heloísa entende que o ministro deve explicar sua declaração ao programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo, segundo a qual teve conhecimento da operação do Banco Central com o Banco Marka duas semanas depois. A senadora disse que essa informação “assombra” porque “não foi feito absolutamente nada”, nem aberta uma sindicância do Banco Central para apurar as responsabilidades.

Ela entende que o ministro deve esclarecimentos sobre “a boa mesada

que foi dada ao Banco Marka e ao FonteCindam” e sobre o que ela chamou de “a oitava maravilha do mundo que é o tráfico de intuição feito pelos grandes bancos para ganhar muito dinheiro do Tesouro Nacional”. Ela disse esperar que a CPI possa desvendar “os laços da corretora dos filhos de Mendonça de Barros e o elo que desmoraliza as instituições do país”.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que, se existe um núcleo de decisão, com no máximo



Heloísa: “Tráfico de intuição feito pelos grandes bancos”

dez pessoas, e houve vazamento de informação, todos devem ser convocados, “porque todos são suspeitos”.

Segundo dados citados pelo senador, dos 26 bancos de investimento extintos, 20 tinham relação direta com ex-presidentes do BC.

O senador Tião Viana (PT-AC) registrou sua preocupação com notícias de que a CPI deve ter seu trabalho concluído, frisando que este não é o momento, já que fatos novos estão surgindo.

Na TV Senado, um balanço do trabalho

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou, em entrevista à TV Senado, que fará o possível para que a CPI dos Bancos encerre seus trabalhos no tempo previsto de quatro meses e defendeu a emissão de relatório parcial sobre os trabalhos da comissão. A entrevista do presidente em exercício da CPI dos Bancos irá ao ar hoje, às 9h30.

Arruda lembra que a CPI já avançou



muito e diz que ficou claro que, mesmo que a operação de ajuda do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam tenha tido embasamento legal, “foi imprópria porque contrariou os fundamentos do país, e injusta, porque não socorreu outros bancos”.

Para o senador, “o que não se justifica é que no momento em que o BC interveio ele não tenha liquidado esses bancos”.

Suplicy anuncia pedido de convocação de Malan

Senador afirma que não há ninguém melhor do que o ministro da Fazenda para esclarecer problemas constatados no sistema financeiro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a apresentação de requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para depor na CPI do Sistema Financeiro. Suplicy alegou que não há ninguém melhor do que o ministro – que conhece o funcionamento do sistema financeiro na condição de responsável pela chave do cofre do Tesouro Nacional – para esclarecer os fatos que a comissão investiga.

Embora manifestando sua posição pessoal contrária à convocação, o presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), prometeu colocar o requerimento em votação no plenário da comissão.

Segundo Suplicy, não é necessário



Suplicy observa que CPI começa a dar resultados

que Malan venha depor de imediato. “Nesta semana já temos depoimentos importantes. Mas ele precisa esclarecer se foi informado ou não da operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, que consumiu milhões de dólares de dinheiro público. Se não foi, o que acha da independência do Banco Central tomando essa decisão sem nada comunicar ao

ministério ou ao presidente da República?”, perguntou.

O senador por São Paulo lembrou que a CPI já começou a apresentar resultados, como a recente iniciativa do BC de proibir que os bancos sejam quotistas de seus próprios fundos de investimento. Ele disse estar convenci-

do de que a legislação financeira tem muito campo para aperfeiçoar-se e que a CPI pode ter papel fundamental nesse processo.

– É preciso saber o motivo da continuada fragilidade do sistema financeiro, apesar dos bilhões de reais injetados pelo Proer (programa de socorro aos bancos). E queremos saber sobre denúncias de sonegação fiscal por parte dos grandes bancos e sobre os indícios de vazamento de informações por ocasião da mudança cambial – ressaltou.

Em aparte, Arruda alertou para a transformação da CPI em palanque político. “Cada vez que a comissão levanta expectativas e gera frustrações, depois ela perde a credibilidade”, assinalou.

Também em apartes, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) concordou com Suplicy e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), com as teses de Arruda.

Jucá aponta motivação partidária

Ao lamentar que nos últimos dias as discussões da CPI do Sistema Financeiro têm-se limitado à necessidade ou não de convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para depor, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que a tentativa de levar o ministro à comissão é uma questão partidária. Para ele, não existe fato determinado que justifique a convocação.

Romero Jucá citou o pronunciamento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) como exemplo da tentativa de partidizar os trabalhos da comissão. Em seu discurso, o senador paulista anunciou que apresentará hoje requerimento à CPI propondo a convocação do ministro (veja matéria acima).

– Após o discurso de Suplicy, verifica-se que esta tentativa de convocação é bafejada pelos ares partidários. Digo isso porque o próprio senador afirmou textualmente que acredita no que o ministro Pedro Malan diz. E o ministro,

no final de semana, disse exaustivamente que não falou com Francisco Lopes nem participou de nenhuma reunião no Banco Central para tratar efetivamente da questão das operações Marka e FonteCindam – registrou Romero Jucá.

Na opinião do senador por Roraima, Pedro Malan não precisaria ter sido comunicado das operações envolvendo os bancos Marka e FonteCindam porque a diretoria do Banco Central teria poderes para avaliar e tomar as medidas que achasse necessárias. Ele completou que a CPI deve investigar e apurar se as decisões foram corretas ou não.

Sobre convocar ou não o ministro, Romero Jucá sugeriu que Pedro Malan fosse convidado posteriormente



Para Jucá, CPI deve averiguar se as decisões foram corretas

para, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), discutir com os senadores propostas para fortalecer a política econômica do governo. Ele argumentou que este é o foro adequado para debater o assunto.

– Não estamos nos furtando à discussão ou averiguação. Por favor, não venham dizer amanhã que a base do governo está querendo acabar

com a CPI. Buscamos exatamente o contrário: discutir os assuntos pertinentes à comissão. Mas não aceitaremos a inferência pura e simples de ações partidárias tentando atingir o ministro da Fazenda e a política do governo, num momento em que a credibilidade econômica do Brasil vem sendo retomada – observou Romero Jucá.

Dutra espera comparecimento espontâneo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ontem que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deveria se antecipar à CPI e encaminhar ofício solicitando sua ida à comissão. Para o senador, esse é o gesto esperado de alguém que tem contribuição fundamental para uma CPI que está investigando o sistema financeiro.

Dutra concordou que a questão coloca Malan em um dilema. “Não dá para adivinhar o que é pior para ele: afirmar que não sabia sobre a ajuda ao Banco Marka ou dizer que sabia.” A primeira alternativa, para o senador, põe em xeque a autoridade de Malan e a segunda opção pode incluí-lo em uma investiga-

ção sobre uma operação que está sendo considerada atípica.

Dutra lembrou, ainda, que a convocação de Armínio Fraga foi aprovada por consenso e ninguém pensou que a oposição iria desestabilizar o governo, porque se entendia que não tinha sentido o presidente do Banco Central não comparecer a uma comissão que está investigando o sistema financeiro. Da mesma forma, é importante a presença do ministro da Fazenda, defendeu o parlamentar.



Dutra considera importante a presença do ministro na CPI

Em aparte o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que o ministro Pedro Malan não iria colocar em risco o sistema, por isso prefere acreditar que ele não foi informado da operação e que, neste caso, “temos que repensar o modelo e o Banco Central”. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) parabenizou Dutra pelo discurso e lembrou o ditado popular

“quem não deve, não teme” para justificar a defesa da vinda do ministro à CPI.

Arruda vê BC com poderes demais e quer mudar leis

“O episódio do Banco Marka prova que o Banco Central tem poderes demais e, por isso, a legislação deve ser mudada.” A opinião foi manifestada ontem, em entrevista à imprensa e em discurso no plenário, pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), presidente interino da CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro.

– Considero grave o Banco Central ter poderes para usar milhões de dólares para resolver situações com as dos bancos Marka e FonteCindam sem consultar as autoridades superiores. A legislação que trata do Banco Central ainda é da época do dinheiro vivo. Ela tem de se adaptar à era das decisões instantâneas, do computador, da globalização do sistema financeiro – disse.

José Roberto Arruda discorda de qualquer tentativa de convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para falar agora à CPI dos Bancos, “porque se trata de uma exploração política do fato”. Reafirmou não ver motivos para a convocação do ministro por causa da notícia, publicada no fim de semana pela revista *IstoÉ*, segundo a qual um dos depoentes que compareceu à Polí-



Arruda garante que o governo não quer esconder problemas

cia Federal teria dito que o ministro se encontrava na mesma sala em que se discutiam os problemas do Marka e, portanto, teria tomado conhecimento da decisão do BC.

– Em todos os depoimentos que a Polícia Federal já enviou à CPI não há esta afirmação – acrescentou.

Arruda sustentou que, no episódio de socorro aos bancos Marka e FonteCindam

houve, claramente, prejuízo para o Tesouro Nacional e favorecimento de banqueiros. “Mas, o mais grave é que tudo isso pode ter sido feito dentro da lei.”

Arruda afirmou que a CPI somente chegará à verdade total, apontando para a reformulação das relações entre o BC e o mercado, se os senadores trabalharem por esses objetivos, sem se deixar levar por interesses político-partidários.

O senador destacou a primeira consequência da CPI: a portaria que modificou as relações do BC com os *dealers* nas operações de câmbio. “Essa medida é apenas o começo, porque o governo FHC não tenta varrer o lixo para debaixo do tapete. Vamos até o fim das investigações, sem pré-julgamentos, com mais trabalho e menos discurso.”

ACM prevê rejeição de requerimento na comissão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se contra a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, pela CPI do Sistema Financeiro, “nas atuais circunstâncias”, e previu que requerimento nesse sentido será rejeitado.

– O ministro Malan demonstrou, em suas declarações, a indignação própria dos homens de bem. Ele não pode ser contestado em sua palavra; é um homem sério e digno e merece o respeito de todos os brasileiros. Querer convocá-lo, nestas circunstâncias, é extremamente negativo, e acho que a comissão vai rejeitar esse requerimento – afirmou.

Sobre o fato de Malan não ter sido informado pela diretoria do Banco Central sobre as operações com os bancos Marka e FonteCindam, o senador enfatizou que ninguém pode ser

acusado por coisas que desconhece.

– O Banco Central tem independência a meu ver exagerada, mas tem. Nós até queremos tirar esse exagero. Pode ter havido uma sangria desnecessária, que talvez o ministro Malan ache necessária, é problema de ponto de vista. Mas eu acho que ele não tinha tomado conhecimento, e uma pessoa não pode ser culpada por coisas que não conhece – afirmou.

Antonio Carlos assegurou que Malan não se negará a vir ao Congresso, se realmente necessário.

– O que mudou foram as circunstâncias. Na medida em que não se acredita em sua palavra de homem de bem, e se quer saber o que conversou no avião com Chico Lopes, aí é desmoralizar a própria comissão – concluiu.



Antonio Carlos: “Malan demonstrou indignação própria de homens de bem”

José Jorge defende reforma da lei partidária

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu a aprovação de três projetos de lei que alteram pontos do Código Eleitoral e constam da pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para o senador, este seria o primeiro passo a ser dado na reforma político-partidária e, especialmente, para o fortalecimento dos partidos.

O Projeto de Lei n.º 178/99, de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) e com parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), explicou José Jorge, pretende proibir as coligações nas eleições proporcionais, permitindo-as apenas no pleito majoritário. Lobão lembra que o autor acredita à proliferação de partidos a permanente instabilidade institucional.

José Jorge disse que o Projeto de Lei n.º 180/99, do senador José Agripino (PFL-RN), que veda o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional, também obteve parecer favorável de Lobão. O relator explica que uma forma indireta de fortalecer o sistema partidário "é criar embaraços às siglas de aluguel, aos agrupamentos sem representatividade, ao tempo em que se estimulam a participação política do eleitor e o fortalecimento das correntes políticas nacionais relevantes".

O senador por Pernambuco destacou ainda o Projeto de Lei n.º 187/99, de Jorge Bornhausen (PFL-SC), que também altera a Lei dos Partidos Políticos no prazo de filiação partidária para candidatos a cargos eletivos majoritários ou proporcionais. O projeto conta com parecer favorável do senador Sérgio Machado.

José Jorge lembrou que, em quatro meses, mais de 50 deputados eleitos em 98 já trocaram de partido na Câmara e defendeu a ampliação do prazo de filiação para o mínimo de um ano e até quatro anos nos casos em que o candidato já seja filiado. No seu entendimento, o ideal seria que o mandato pertencesse ao partido e não ao parlamentar, mas considerou o projeto de Bornhausen uma boa maneira de fortalecer a fidelidade partidária.



José Jorge quer regras mais rígidas para evitar a mudança de filiação partidária

Eduardo Siqueira Campos alerta para crise municipal

Ao falar de encontro de prefeitos que se inicia hoje em Brasília, parlamentar diz que falta de recursos impede gestão eficaz das cidades

Ao chamar atenção para a necessidade de se discutir a crise por que passam os municípios brasileiros, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou ontem, no plenário, o encontro nacional que reunirá mais de 100 prefeitos em Brasília de hoje até amanhã. Prevendo como da maior importância o documento que sairá desse encontro, ele está certo de que ele servirá para reduzir as desigualdades regionais no país.

Conforme o senador, uma comparação entre o período em que ele foi o primeiro prefeito de Palmas e o momento atual revela que a situação enfrentada hoje pelos municípios é da maior gravidade. Eduardo Siqueira Campos observou que o governo federal faz renúncias fiscais em impos-



Eduardo Siqueira Campos atribui à União os problemas enfrentados pelos municípios

tos compartilhados com os municípios e, ao mesmo tempo, cria novos impostos, mas não compartilhados. Com

isso, agrava mais ainda a situação das prefeituras.

Na opinião do parlamentar, a União pratica uma verdadeira interferência no equilíbrio das receitas públicas, provocando o esvaziamento dos municípios e promovendo, em consequência, o êxodo para as cidades. "Fica parecendo que não existe um grande projeto de nação, porque está se inviabilizando a situação dos pequenos municípios", afirmou.

O senador registrou que Palmas cresce 29% ao ano, com uma população atingindo os 150 mil habitantes. Enquanto isso, Samambaia, cidade-satélite do Distrito Federal, já ultrapassou os 200 mil habitantes. Para ele, a população do DF seria ainda maior se Palmas não existisse.

Senador destaca aumento da população rural

A população rural brasileira voltou a crescer nos anos 90, proporcionando novas perspectivas ao campo, destacou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), ao afirmar que a chegada de um novo ciclo de crescimento da área rural "contribuirá para a diminuição das imensas desigualdades existentes e vai permitir um desenvolvimento mais equilibrado do país".

O senador constata que está em marcha um processo de "urbanização dos campos", ou "rurbanização", mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. "A área rural está sendo ocupada por mão-de-obra não-agrícola, ou seja, pessoas que traba-

ham em atividades voltadas para o lazer, turismo e esporte", explicou.

– O aumento do desemprego, da violência e do custo de vida nos grandes centros urbanos são os principais responsáveis pelo fenômeno – observou Eduardo Siqueira Campos, informando que a própria população rural está procurando garantir o sustento, sem abandonar o local de origem, especialmente no setor de serviços. Esse comportamento, segundo ele, ajuda também a diminuir a migração.

O senador nota, com base no estudo "O Novo Rural Brasileiro", da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que as mudanças no fluxo

migratório e no padrão de crescimento da população brasileira estão alterando para melhor o perfil da área rural brasileira, "apesar de o governo promover um verdadeiro desmanche dos instrumentos de política agrícola e não destinar recursos, assistência técnica e infra-estrutura para o setor".

A aceleração do ritmo de vida urbano, em condições de crescente deterioração da qualidade de vida, segundo o senador, também vem incentivando a volta ao campo, com a expansão de condomínios de luxo ou de classe média em áreas rurais, além de "spas", pesque-pague, hotéis-fazenda e chácaras de fim de semana.

Gilvam Borges completa caminhada

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) completa hoje o percurso que está fazendo a pé desde a última sexta-feira – os 150 km da estrada Transpantaneira, que liga Porto Jofre (MS) a Poconé (MT).

A caminhada, que surgiu de um convite do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), se propõe a chamar a atenção dos governos estaduais e federal para a possibilidade de o ecoturismo se tornar a principal atividade econômica do Pantanal.

Durante a caminhada, Gilvam destacou a exuberância da fauna e da flora da região, lembrando que o Pantanal é o maior território inundado do mundo, com 140 mil km² de área. Ele propôs a criação de eventos na região para atrair turistas.

Emilia tenta envolver montadoras de carros na prevenção de acidentes

Toda publicidade veiculada pela indústria automobilística deverá incluir mensagens educativas de trânsito, caso seja aprovado projeto de iniciativa da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

Além do espaço em rádio, televisão, jornais e revistas, o projeto prevê que os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito veiculem mensagens educativas em *outdoors*.

A senadora diz que essa publicidade deve ser suplementar às campanhas permanentes de educação para o trânsito previstas no Código de Trânsito Brasileiro.



Emilia: trânsito no Brasil mata 25 mil pessoas por ano

– Na busca de melhoria da segurança no trânsito, as campanhas educativas têm papel importantíssimo e são ponto de partida para a reversão desse quadro de consequências lastimáveis para a sociedade brasileira – afirma a senadora.

São 25 mil mortos e 350 mil feridos todos os anos no Brasil, segundo a senadora, o que representa mais que a mortalidade no trânsito de todos os países da Europa juntos.

Emilia disse estar convencida de que sem a conscientização da população brasileira acerca da importância do tráfego seguro, o país terá sempre um grande número de acidentes de trânsito.



Mozarildo Cavalcanti defendeu a integração da fronteira Norte do Brasil com o Mercosul

Mozarildo registra visita de Hugo Chávez

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou ontem a visita do presidente da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, ao Brasil, destacando o interesse que o dirigente demonstrou em fortalecer os laços entre os dois países. Ele ressaltou a importância da visita para o país e, especialmente, para Roraima.

Mozarildo apelou ao Senado e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Mercosul para que sensibilizem o governo brasileiro no sentido de juntar-se ao esforço de integrar a Venezuela e outros países da fronteira Norte do Brasil ao Mercosul.

Jucá quer taxar bens que incitam à violência

Projeto do senador Romero Jucá (PFL-RR), enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa, estabelece maior taxa sobre os produtos nacionais e importados que vierem a ser declarados potencialmente "deseducativos e incitadores de violência" pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda.

Em sua justificativa, o senador sustenta que o objetivo da proposta é inibir a violência, explicando que, "na impossibilidade de se proibir, pelo menos que se tente inviabilizar economicamente o culto à violência, através da tributação exacerbada de suas materializações".

Romero Jucá lembra que desde cedo as crianças são bombardeadas por filmes, programas televisivos, brinquedos, roupas, revistas e outros objetos que as induzem a encarar a violência como sinônimo de força, poder e realização pessoal, como fator de admiração ou fascínio e meio de atingir objetivos.

O senador diz ter se decidido a propor que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente faça a classificação dos produtos tratados na proposta por causa de "sua missão de zelar pelas novas gerações".

Projeto de Marina disciplina participação do povo no governo

Projeto apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC) viabiliza a participação popular na administração pública e disciplina o acesso dos cidadãos e da sociedade civil organizada a informações relativas às finanças públicas. Segundo a proposta, os órgãos competentes do poder público manterão cadastro atualizado das entidades da sociedade civil legalmente constituídas para feito de



Marina Silva

institucionalização da consulta prévia. Conforme o projeto, os poderes da União deverão destinar pelo menos 20% dos recursos destinados à publicidade para a realização de campanhas de caráter educativo que visem ampliar a participação popular no planejamento, fiscalização e avaliação das ações públicas.

O Tribunal de Contas da União e o Ministério Público da União, de acordo com a iniciativa da senadora, deverão promover ações permanentes visando informar a sociedade sobre a relevância da participação popular para a moralização da ação pública.

Luzia inclui ofensa a pessoa morta como crime

Projeto de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) acrescenta um parágrafo ao Código Penal para tipificar, dentre os crimes contra a honra, a conduta de ofensa à memória de pessoa morta. Segundo o Código Penal, a difamação de alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação, dá pena de detenção de três meses a um ano e multa.

A senadora, em sua justificativa, afirma que os meios de comunicação nem sempre falam bem dos mortos, "cabendo assim o aperfeiçoamento do código, incluindo essa conduta lesiva entre os crimes contra a honra".



Luzia Toledo

TV Senado debate a violência contra mulheres

O programa *Mulheres em Destaque* dessa semana recebe a antropóloga e professora da UnB Lia Zanotta. Ela foi uma das coordenadoras da pesquisa promovida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM), e fez um levantamento das causas da violência contra a mulher no DF, além de apontar políticas públicas para enfrentar o problema.

A antropóloga explica que o obje-

vo da pesquisa foi analisar especialmente a violência sexual cometida contra as mulheres, e identificar o perfil do estupro e da vítima. "Como já havia sido indicado em pesquisas anteriores, o maior número de agressões físicas e sexuais ocorrem dentro do próprio lar e o agressor é o marido ou o pai", disse ela.

O programa da TV Senado irá ao ar hoje às 13h30 e 21h15.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Especial Unip - Pressão Alta - 1ª parte
6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia - Hidroginástica para Gestantes.
7h30 — Especial Unip - Pressão Alta - 1ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Saúde Todo Dia - Ginástica restauradora
8h30 — Jornal do Senado
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil - Diamantina
9h30 — Entrevista - O senador José Roberto Arruda faz um balanço dos trabalhos da CPI do Sistema Financeiro
9h55 — Senado em Pauta
10h — CPI do Judiciário (vivo)
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — CPI do Sistema Financeiro
21h — Jornal do Senado
21h15 — Mulheres em Destaque — A entrevista desta semana será com a antropóloga e professora Lia Zanotta

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — CPI do Judiciário
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Após a Plenária — CPI do Sistema Financeiro
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e Informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Francelino propõe comissão para debater cinema nacional

Por trás dos recentes sucessos da cinematografia brasileira, "graves dificuldades ameaçam seu renascimento", explica senador

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou requerimento para a criação de uma comissão temporária destinada a fazer um estudo exaustivo da situação do cinema nacional e propor uma legislação específica de fomento dessa atividade. Reconhecendo que já existem mais de dez requerimentos de formação de comissões de estudo no Senado, ele destacou que o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, considera esse um assunto de interesse da sociedade brasileira.

Francelino Pereira fez um discurso que ele mesmo definiu como um grito de alerta sobre o cinema nacional. Ele afirmou que, por trás dos recentes sucessos da cinematografia brasileira, "graves dificuldades ameaçam o seu renascimento e, hoje, mais do que nunca, faz-se necessário discernir o teor dessas dificuldades". O senador informou que vem recebendo persistentes manifestações de apoio ao seu interesse pela matéria, e observou que o melhor caminho para chegar-se a uma solução é o debate, principalmente



Francelino afirma que economia em transformação contribuiu para desorganizar cinema

numa instituição como o Senado.

Conforme o senador, o próprio ministro da Cultura, Francisco Weffort, já lhe disse que o Congresso tem um papel fundamental nessa questão. "Nosso papel, de fato, é maior do que simplesmente fazer, reformular e adequar as leis às necessidades presentes e do futuro", declarou o senador. Exatamen-

te por isso ele teve a iniciativa de propor essa comissão, a fim de fazer a consciência política prevalecer sobre as contingências.

CRISE

O parlamentar historiou os sucessos e percalços do cinema nacional, afirmando que cada um dos surtos de produção organizou-se e desorganizou-se sob as contingências de uma economia em franca transformação. Também relatou a crise atual, sustentando que ela é visível na dificuldade que vários projetos de filme, mesmo de cineastas consagrados, encontram para captar recursos.

Segundo o senador, a captação de recursos via Lei do Audiovisual caiu de quase R\$ 80 milhões, em 1997, para cerca de R\$ 40 milhões no ano passado. Francelino lamentou que nosso mercado cinematográfico esteja bem aquém de suas possibilidades e defendeu a instalação da Comissão Especial do Cinema como uma providência positiva, sustentando que ela contribuirá para afastar os problemas que hoje enfrenta a produção nacional.

Aeroporto do Acre pode chamar-se Oscar Passos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) anunciou a apresentação de projeto de lei propondo dar o nome do ex-senador Oscar Passos ao novo aeroporto de Rio Branco, que está sendo construído às margens da rodovia BR-364, próximo ao município de Bujari. A obra está sendo executada sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

— Precisamos mostrar aos novos cidadãos o futuro promissor que lhes é propiciado não existiria se não tivéssemos tido, há poucas décadas, homens dedicados à causa da demo-

cracia construtiva, à consolidação de expectativas e à luta contra o obscurantismo político-institucional — justificou Nabor Júnior.

Para o senador, poucos homens públicos brasileiros se destacaram tanto na luta por um país melhor do que Oscar Passos, que além de senador também foi governador do Acre e general. Nabor Júnior acrescentou que, apesar de militar consagrado, Oscar Passos participou de importantes momentos da vida político-administrativa do Brasil, na defesa da causa da integração e desenvolvimento nacionais, e nunca como conspirador ou golpista.



Nabor Júnior destacou a luta do ex-senador Oscar Passos pela redemocratização do país

Viana pede mais controle das infecções

O senador Tião Viana (PT-AC) clamou o governo a cuidar melhor do problema das infecções hospitalares. "Um paciente que contrai uma infecção desse tipo custa aos cofres públicos entre US\$ 500 a US\$ 4.000. Ao todo é um gasto de US\$ 1,5 milhão por ano, do qual um terço poderia ser evitado com medidas simples como uso mais escrupuloso de antibióticos e melhores condições de higiene nos hospitais", destacou.

Para Tião Viana, o Brasil não tem condição financeira de suportar esses gastos, totalmente desproporcionais ao custo médio do paciente, que é de apenas US\$ 200 dólares anuais para seu

atendimento na rede pública de saúde.

Ele explica que um estudo recente do Ministério da Saúde sobre infecção hospitalar mostra que o tempo médio de internação do paciente, que é de seis dias, salta para 21 quando há infecção hospitalar. "São vitimados 13,5 em cada 100 doentes, com 1% de óbitos diretos e 4% de óbitos indiretos", disse.

Para Viana, a Lei n.º 9.431, de 1997, que criou o Programa Nacional de Controle de Infecção Hospitalar, "é mais uma que não está sendo cumprida no Brasil". Segundo ele, o próprio Ministério da Saúde reconhece que os resultados da implantação da lei são poucos.

Por isso, o senador considera urgen-

te a adoção de medidas destinadas a envolver na prevenção todo o pessoal que trabalha em hospitais.



Tião Viana: lei que cria programa de controle de infecção hospitalar não está sendo cumprida

Arruda propõe dispensar as igrejas de licitação

Projeto de lei apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pretende corrigir o que ele considera como distorções na Lei 8.666/93, a lei das licitações – a exigência de licitação para entidades religiosas e filosóficas e a proibição de contratos por tempo indeterminado. A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

Pelo projeto, é dispensável a licitação “para as concessões de direito real de uso, concessões de uso, permissões de uso e autorizações de uso de bens públicos, requeridas e outorgadas a entidades religiosas ou filosóficas, sem fins lucrativos e prestadoras de serviço de natureza filantrópico-assistencial e de relevante interesse social, que possuam notórios reconhecimento e credibilidade nacionais”.

Na justificativa do projeto, Arruda afirma que a lei “estabeleceu discriminação injustificável quanto àquelas entidades”. Ele lembra que elas não têm fins lucrativos e, por isso, “jamais poderiam fazer frente a uma licitação de bens e serviços públicos em eventual disputa econômico-financeira com empresas e empresários que dispõem de sólida estrutura financeira e administrativa”.

A proposição, porém, condiciona o benefício ao interesse social ou ao interesse público. O projeto de atividade da entidade religiosa ou filosófica terá de ser previamente aprovada pela administração pública.

Arruda pretende ainda terminar com a proibição de contratos por prazo indeterminado celebrados antes da Lei 8.883/94, que estabeleceu essa vedação ao interpretar artigo da Lei 8.666/93. Segundo ele, tal entendimento tem criado dificuldades em relação às autorizações e permissões de uso relativas à instalação de pontos de venda, “especialmente bancas de jornais e revistas”.

A seu ver, a interpretação gera intranquilidade e insegurança entre os usuários desses pontos de venda diante da possibilidade de revogação das outorgas ou proibição de transferência para terceiros, “como até então vinha sendo admitido”. O senador justifica que a inviabilidade de transferência de pontos privaria os detentores das concessões de obter compensação dos investimentos que fizeram em suas bancas e os deixaria “até mesmo ameaçados de perder um pecúlio para os anos de inatividade”.

Além disso, o senador, em seu projeto, permite a transferência a terceiros e a renovação das permissões, desde que previstas originalmente.

Carlos Bezerra é contra a venda da Petrobras, BB e CEF

Senador diz que não faz sentido o país se desfazer do próprio patrimônio, mas reconhece que os bancos precisam ser modernizados

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) manifestou a sua apreensão com o desencontro de informações a respeito de possível privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. “Enquanto o FMI anuncia que o governo brasileiro já se comprometeu a privatizar as estatais, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro Pedro Malan negam que a hipótese esteja sendo cogitada”, disse ele.

– Posso estar enganado, mas uma dessas hipóteses tem de ser verdadeira: ou houve um mal-entendido nas negociações envolvendo o socorro financeiro firmado com o Fundo Monetário Internacional ou alguém está mentindo – afirmou o senador, ao condenar

qualquer tentativa de privatização daquelas três empresas.

Carlos Bezerra observou que se o governo quer mesmo privatizar a Petrobras terá que entregá-la a grandes grupos internacionais oligopolistas do setor, o que, na prática, significa desnacionalizá-la. Segundo o senador, não existe sequer um grupo brasileiro capaz de comprar a empresa e nem de levar adiante o programa de pesquisa e lavra:

– Seria bom para o país privatizar a maior empresa brasileira, pioneira e criadora de tecnologia de ponta? É sensato vender uma empresa lucrativa e com grande perspectiva de lucro futuro, detentora de reservas incalculadas de petróleo e de gás natural? – indagou o senador, afirmando



Bezerra: “Seria bom para o país privatizar sua maior empresa?”

Patrocínio pede expansão do programa de moradia

Depois de elogiar o Programa de Habitação para a População de Baixa Renda, recém-criado pelo governo federal, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) lamentou o que chamou de “uma nota dissonante” em relação ao programa: “É que ele beneficiará apenas as populações de baixa renda dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro”.

O senador disse que vários governadores e parlamentares dos outros estados já protestaram junto ao governo federal contra o que lhes parece discriminação. Apesar de solidário a eles, Patrocínio observou que levaria em consideração o porte continental do Brasil, onde, muitas vezes, é necessário implantar um programa aos poucos até atingir

todo o território nacional:

– Todavia, espero eu não demore muito para que isso ocorra. De qualquer forma, ficaremos atentos – alertou Patrocínio.

O Programa de Habitação para a População de Baixa Renda, informou Patrocínio, destina-se a famílias com renda de até seis salários mínimos mensais e seus contratos serão regidos pelo sistema de arrendamento mercantil. Conforme o programa, os mutuários pagarão, por mês, 0,6% do valor do imóvel que pretendem adquirir e após 15 anos terão a opção de compra, com direito a abater do valor total o aluguel já pago.

Segundo o senador, dos R\$ 3 bilhões



Patrocínio: “Espero que isso não demore a ocorrer”

contribuinte – disse ele – que possibilita a eliminação da TR dos contratos.

Para Patrocínio, é preciso ter consciência de que todas as facilidades concedidas a pessoas e a grupos têm um custo. “Quando esse custo envolve dinheiro público, temos de ter discernimento para saber se quem dele se beneficiará, de fato, dele necessita”, observou.

básica brasileira. O *Informe* traz dados sobre educação infantil e classes de alfabetização; quadro do ensino fundamental; perfil do ensino médio; educação de jovens e adultos e dados sobre a educação especial.

A publicação *Característica Física das Escolas* apresenta dados sobre a situação das escolas do país no que diz respeito à dependência administrativa e número de estabelecimentos por nível e modalidade de ensino. Alcântara disse que a obra certamente subsidiará os gestores governamentais, nos três níveis de governo, na análise e escolha de estratégias para corrigir e erradicar as distorções detectadas.



Alcântara destacou forma criativa de abordar estatísticas

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou duas recentes publicações editadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), *Informe Estatístico da Educação Básica e Caracterização Física das Escolas*, por entender que ambas “refletem o interesse e o empenho do governo em transformar a educação em pauta prioritária”.

Em relação ao *Informe Estatístico*, Alcântara destacou a amplitude de dados sobre a educação básica no Brasil e a forma criativa e diversificada com que foram apresentadas as tabelas e os gráficos, proporcionando aos usuários agilidade na compreensão da educação

Althoff quer limitar criação de novos municípios

“É preciso conter a proliferação irresponsável de municípios”, afirmou o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao defender proposta de emenda à Constituição fixando novas regras para a emancipação de distritos. A emenda “evita os abusos que são permitidos pelas incompreensíveis brechas existentes na lei em vigor e corta privilégios absurdos garantidos na Constituição de 1988, acabando com a prática do clientelismo político, que está por trás de toda a iniciativa nessa direção”.

Geraldo Althoff frisou que, com a promulgação da Constituição de 1988 e incentivados pelos novos critérios de repartição das receitas do Fundo de Participação dos Municípios, centenas de distritos, em todo o território nacional, conseguiram sua emancipação:

– Para termos uma rápida idéia do tamanho da “febre de emancipação” que tomou conta do país, entre 1988 e 1996, 192 novos municípios foram criados no Rio Grande do Sul; no Piauí, estado que tinha apenas 48 prefeituras em 1988, foram criados 100 novos municípios no mesmo período. No meu estado, Santa Catarina, criaram-se no mesmo período 94 novos municípios – disse Althoff.

Projeto permite a aposentado voltar à ativa

A fim de propiciar equilíbrio nas contas previdenciárias, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto de lei alterando a Lei 8.112/90 (do regime jurídico único do servidor) para permitir o retorno à atividade do servidor público civil aposentado voluntariamente. O reingresso ocorrerá mediante requerimento do servidor, apresentado até cinco anos após a publicação do ato de aposentadoria. A matéria vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

A iniciativa de Maldaner também estabelece que esse retorno se fará, de preferência, no mesmo cargo ou no resultante de sua transformação, em consonância com os interesses e necessidades da administração pública federal. O projeto estabelece que o reingresso dos servidores que queiram voltar à ativa e que manifestem por escrito essa vontade será regulamentado pelo Executivo.

Pela proposta de Maldaner, não poderá voltar ao serviço o aposentado que já tiver completado 70 anos de idade. Quanto ao tempo em que o servidor estiver aposentado, não será contado para nova aposentadoria.